A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

UFAL'S CULTURAL POLICY AND THE STRUCTURING OF THE FIELD OF PUBLIC CULTURAL POLICIES

Diogo Braz[1]
Rodrigo Gameiro Guimarães[2]

1 Produtor Cultural da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mestre em Administração Pública (Profiap/Ufal), bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (Ufal), com Especialização em Comunicação Social e Educação (Fundação Educacional Jayme de Altavila - FEJAL). Email: braz.diogo@gmail.com

2 Graduação (2005) e Mestrado (2007) em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutorado (2018) em Administração (Estudos Organizacionais) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas. Email: rgameiro@feac.ufal.br

RESUMO:

A universidade vem se transformando num importante espaço para o desenvolvimento de políticas de cultura. Considerando que discutir a relação universidade, cultura e política cultural é essencial para a instituição universitária, esta pesquisa teve o objetivo de analisar o processo de formalização da Política Cultural da Ufal e sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Para tanto, adotou-se a lente teórica do institucionalismo. Foram realizadas pesquisa documental e aplicação de questionário, analisados pelo método da Análise de Conteúdo, baseada em Bardin. Confirmaram-se os pressupostos de que há relação entre a formulação da Política Cultural da Ufal e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil e que pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil influenciaram o processo de formalização da Política Cultural da Ufal.

Palavras-chave: Cultura. Universidade. Políticas Culturais. Institucionalismo.

ABSTRACT

The university has become an important space for the development of cultural policies. Considering that discussing the relationship between university, culture and cultural policy is essential for the university institution, this research aimed to analyse the process of formalizing Ufal's Cultural Policy and its relationship with the structuring of the field of public cultural policies in Brazil. To this end, the theoretical lens of institutionalism was adopted. Documentary research and the application of a questionnaire were carried out and analyzed using the Content Analysis method based on Bardin. It confirmed the assumptions that there is a relationship between the formulation of Ufal's Cultural Policy and the structuring of the field of public cultural policies in Brazil and that isomorphic pressures from the field of public cultural policies in Brazil influenced the process of formalizing Ufal's Cultural Policy.

Keywords: Culture. University. Cultural Policies. Institutionalism.

Introdução

Desde seu surgimento, a universidade se apresenta como terreno fértil para o fortalecimento cultural da humanidade e vem se configurando como importante espaço de efetivação de políticas de cultura (MOLINA, 2019). Sidoncha (2021) aponta que as universidades são instituições intrinsecamente culturais, que cumprem função cultural intransferível. No entanto, o próprio pesquisador revela que a afirmação contrasta com a dificuldade com que essas organizações assumem essa condição para si mesmas. De acordo com Arruda (2018), ainda são poucas as universidades que tratam a cultura de maneira institucionalizada, mas são crescentes e evidentes os movimentos na área cultural universitária. Observa-se uma efervescência de eventos culturais em boa parte das universidades nacionais (MOLINA, 2019), o que tem estimulado a comunidade acadêmica a discutir a elaboração de Políticas Culturais e Planos de Cultura para essas instituições (RUBIM, 2019).

Neste contexto, as universidades têm direcionado recursos e estruturas organizacionais para a realização de planejamento e atividades culturais. No cenário local, a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) tem buscado qualificar sua atuação cultural, especialmente com a formalização da sua Política Cultural, aprovada pelo Conselho

Universitário (CONSUNI) em 15 de agosto de 2023: um evento que pode ser entendido como parte do processo de estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil.

As organizações sempre sofrem influência e influenciam outras organizações, adaptando-se e inspirando o contexto e o ambiente em que atuam (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). A rede formada por organizações que compõem uma área reconhecida da vida institucional é o que se chama de campo organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 2005). É importante perceber que a Ufal integra o campo das políticas públicas de cultura e entender como a sua resolução de Política Cultural se relaciona com esse campo. Essa compreensão pode contribuir para o reconhecimento da dimensão cultural nessas instituições, estimulando o intercâmbio entre as universidades federais, especialmente em seus setores culturais.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de formalização da Política Cultural da Ufal e sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil.

Referencial teórico

Dentre os numerosos desafios enfrentados pelas organizações na atualidade, a diversidade de atores, a complexidade do ambiente e os múltiplos interesses tornam o processo de transformação organizacional em um aspecto fundamental para sua sobrevivência e consolidação (CUNTO *et al.*, 2014). Dando especial atenção a essas mudanças, o institucionalismo surgiu na transição do século XIX para o XX, contrapondo-se à ideia de equilíbrio estático do neoclassicismo (CONCEIÇÃO, 2009; CHECHI; GRISA, 2019), inovando ao considerar a influência da cultura nos processos de mudança das organizações. Nesse sentido, o institucionalismo possibilita compreender a dinâmica do conjunto de forças advindas do contexto, que cria tensões capazes de institucionalizar determinadas práticas nas organizações (SANTOS *et al.*, 2022).

North (1990) diz que as instituições são as "regras do jogo" em uma sociedade: imposições formais, como leis e contratos, e informais, como costumes e valores, que restringem incertezas e moldam a interação humana; Para Scott (2008), são estruturas sociais multifacetadas e duráveis, constituídas por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais, que conferem estabilidade e significado à vida social, definindo as fronteiras legais, morais e culturais que distinguem atividades legítimas de ilegítimas.

Essa busca por legitimidade é um ponto-chave da teoria institucional (CARVALHO; VIEIRA, 2003). A criação, permanência ou transformação institucional não é um esforço funcional em busca de eficiência, mas de legitimidade (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Organizações em busca de legitimidade se apropriam de normas, regras, crenças e valores para terem acesso a recursos (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019), e as fontes dessas normas são, prioritariamente, as profissões e seus mecanismos de controle.

Na medida em que um campo organizacional vai se estruturando, há um impulso em direção à homogeneização (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Esse processo de estruturação consiste em quatro elementos:

> um aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma consciencialização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio comum (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76).

Para abordar a questão da homogeneidade organizacional, a literatura especializada recorre com frequência ao isomorfismo (CARVALHO; VIEIRA, 2003). Pode-se dizer que o isomorfismo é "a tendência de as organizações assemelharem-se a outras, dentro de uma população, quando submetidas a um mesmo conjunto de

condições ambientais, comportando variações de intensidade" (JACOMETTI *et al.*, 2016, p.430).

Ao se inserirem em um campo organizacional, as organizações passam a sofrer pressões do próprio campo. Geralmente, essas pressões fazem com que as organizações sejam mais similares (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). De acordo com DiMaggio e Powell (2005), existem três tipos de isomorfismo. O **isomorfismo coercitivo** decorre de pressões formais e informais exercidas sobre uma organização pelo Estado; por outras organizações mais fortes, das quais elas dependem; e pelas expectativas culturais da sociedade em que essas organizações atuam (CARVALHO; VIEIRA, 2003; DIMAGGIO; POWELL, 2005; JACOMETTI *et al.*, 2016). O **mimético** acontece quando uma organização está diante de um problema com causas ambíguas e soluções pouco nítidas, e pode vir a tomar outras organizações como modelo (DIMAGGIO; POWELL, 2005). O **normativo**, por sua vez, "refere-se, principalmente, a formas comuns de interpretação e de ação frente aos problemas que se põem em evidência na vida organizacional" (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p.32), derivado principalmente da profissionalização (JACOMETTI *et al.*, 2016).

Carvalho e Vieira (2003, p.32) explicam que o sistema de ensino, em especial as universidades, além de formar a maior parte dos profissionais, são "veículos privilegiados dos conjuntos de normas, regulamentos e práticas comuns a uma profissão". Nesse sentido, DiMaggio e Powell (2005, p.80) explicam que as universidades acabam sendo importantes centros de desenvolvimento de normas organizacionais:

> Na medida em que gerentes e funcionários-chave são escolhidos nas mesmas universidades e selecionados a partir de um grupo comum de atributos, eles tenderão a enxergar os problemas da mesma maneira, a considerar como normativamente sancionados e legitimados os mesmos procedimentos, estruturas e políticas, e tomarão decisões de maneira similar.

Os autores também hipotetizam que, "quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou muitas fontes, mas similares) de fornecimento de recursos vitais, maior o nível de isomorfismo" (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.83). Isso acontece com as universidades federais brasileiras, que, embora possuam "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial" (BRASIL, 1988, Art. 207), são dependentes de recursos financeiros repassados pelo Governo Federal.

Santos Junior (2022) destaca que a autonomia das universidades está relacionada à capacidade de tomada de decisão em quatro dimensões: organizacional, que diz respeito à organização interna de suas estruturas administrativas e de gestão; acadêmica, que diz respeito à liberdade de estabelecer projetos pedagógicos institucionais; gestão de pessoas, que tem a ver com possuir mecanismos próprios de ingresso e gestão de pessoal; e financeira, que é a capacidade de administrar seu próprio orçamento. Nesse sentido, é imprescindível considerar a influência de pressões isomórficas no processo de institucionalização de formas e práticas adotadas por uma universidade federal que, embora goze de autonomia, não deixa de estar submetida a limites decorrentes de sua dependência do Governo Federal.

Ao ampliar o nível de análise da organização para o campo, o institucionalismo incorpora a cultura simbólica como dimensão explicativa das organizações, o que favorece um "delineamento mais preciso da configuração de uma área específica de atividade e, assim, a elaboração e a implementação de políticas públicas mais apropriadas para o desenvolvimento de setores específicos que concorram para o desenvolvimento local" (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p.38).

Procedimentos metodológicos

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-empírica de abordagem qualitativa. Foram realizadas pesquisa documental e aplicação de questionário, na expectativa de que o cruzamento dos dados pudesse revelar uma visão mais consistente do tema.

Inicialmente, a investigação bibliográfica, além da construção da base teórica do estudo, possibilitou a descrição da estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Na pesquisa documental, foi realizado um levantamento nos *sites* das sessenta e oito universidades federais, constantes no Cadastro e-MEC, no intuito de identificar quais delas possuíam resolução de Política Cultural formalizada, para contextualizar o ambiente institucional no qual a Ufal está integrada; enquanto, no âmbito da própria Ufal, foi realizada uma pesquisa em organogramas, regimentos, relatórios de gestão, resoluções, normativos e outros documentos, para entender como a instituição se encontra estruturada para a sua atuação cultural.

Embora a pesquisa tenha encontrado limites no fato de que nem todas as informações sobre o fazer cultural da Ufal estão devidamente documentadas, foi possível identificar os principais indutores do processo de formalização da Política Cultural da Ufal.

Somado a isso, foi elaborado um questionário aberto, dividido em três eixos: o primeiro, com quatro perguntas, para avaliar a questão dos significados envolvidos na formalização dessa Política; o segundo, com sete perguntas, para investigar as influências envolvidas nesse processo de construção; e o terceiro, com quatro perguntas, para entender a percepção dos respondentes sobre a organização da Ufal para a sua atuação cultural.

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Ufal (CEP), foi aplicado o questionário aberto para coletar informações mais específicas a respeito do processo de formalização. Foram selecionadas aleatoriamente, por sorteio, 5 (cinco) pessoas dentre 11 (onze) servidores e servidoras da Ufal que fizeram parte da comissão estabelecida pela portaria 398/2020, para elaboração da minuta da Política Cultural da Ufal.

As análises do conteúdo dos questionários foram realizadas pelo método da Análise de Conteúdo, baseada em Bardin, constituindo-se em um processo de três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Bardin (2016) indica que, na pré-análise, são escolhidos os documentos a serem analisados; são formulados os pressupostos, os objetivos são definidos e são elaborados os indicadores que vão fundamentar a interpretação final. Os pressupostos foram: 1) A formalização da Política Cultural da Ufal está relacionada com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil; e 2) Pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil influenciaram o processo de formalização da Política Cultural da Ufal.

Após a aplicação do questionário, foi feita a leitura flutuante das respostas obtidas. Optou-se por considerar a totalidade das respostas ao questionário, respeitando os critérios estabelecidos por Bardin (2016) de exaustividade; representatividade; homogeneidade; e pertinência. Foi escolhido como unidade de registro o *tema*, constituído tanto por uma afirmação como uma alusão ou qualquer fragmento que possa remeter a um assunto. Os principais temas surgidos nas respostas foram listados como *índices* e foram dispostos em árvores temáticas, para possibilitar melhor visualização do encadeamento de temas e compreensão dos sentidos a serem deduzidos, buscando atender aos objetivos definidos de "descrever o processo de formalização da Política de Cultura da Ufal" e "Identificar a relação da formalização da Política Cultural da Ufal com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil", como será trazido na próxima seção.

Resultados e discussão

DiMaggio e Powell (2005) pontuam que o processo de estruturação de um campo organizacional – a rede de organizações e atores que compõem uma área reconhecida da vida institucional – é afetado principalmente pelo Estado, enquanto agente coletivo que exerce controle regulatório, e pelas categorias profissionais, ao elaborarem tipificações e princípios de conduta que definem o sistema de crenças que balizam as relações. Esta pesquisa identificou um desenho do

campo das políticas públicas de cultura no qual se destacam como atores: o Estado, em seu papel regulador e de alocador de recursos, enquanto principal formulador das políticas públicas de cultura; as profissões, enquanto atores que definem o sistema de crenças que balizam as relações com essas políticas e que mobilizam as atividades que fazem da cultura um sistema articulado, seja na criação, fruição, difusão, pesquisa, gestão, entre outras atividades acionadas pelas políticas públicas de cultura; a iniciativa privada, enquanto atores mobilizados ao viabilizarem recursos próprios na participação da execução e planejamento dessas políticas; e a sociedade em geral, em tese, o público que se beneficia com o usufruto da cultura objeto de políticas públicas.

A trajetória histórica das políticas públicas de cultura no Brasil mostra avanços e recuos do campo, em sintonia com as trajetórias do Estado e da sociedade: Chauí (2001), Coutinho (2011) e Ribeiro (1995) explicam como a sociedade brasileira se constituiu de forma autoritária e elitista, e como as políticas culturais foram utilizadas nesse processo. É possível perceber ciclos e padrões, sublinhando a importância dos contextos, da legitimidade, das relações interinstitucionais e das pressões isomórficas no processo de estruturação do campo. Com a eleição de Lula para o seu terceiro mandato, cabe dizer que o campo se encontra hoje em reestruturação. Mesmo que possa se perceber a intenção de retomar os padrões de gestão cultural de seus mandatos passados, ainda é muito cedo para se falar em campo estruturado.

Em governos autoritários, como o de Vargas e dos Militares, o Estado assumiu o protagonismo do campo, acionando essas políticas de forma centralizadora e autoritária, trabalhando uma identidade nacional, para controlar o simbólico e atender aos seus interesses, ao passo em que foram criadas Leis, Políticas, e uma série de estruturas formais (BARBALHO, 2007; BOTELHO, 2007; RUBIM, 2012; GUIMARÃES, 2020). Esses períodos mais autoritários foram intercalados por ciclos de ausência do Estado, preenchidos pela iniciativa

privada (RUBIM, 2012; GUIMARÃES, 2020). Foi assim em 1945 e na redemocratização, e de forma mais acentuada na década de 90, com a influência do neoliberalismo (RUBIM, 2017; GUIMARÃES, 2020), períodos em que o campo foi pouco mobilizado. Há uma quebra desse padrão a partir de 2003, com os governos Lula e Dilma, que trouxeram avanços significativos na estruturação do campo (SOTO *et al.*, 2010; REIS, 2020). Podem ser observados fatores informais como a diversidade; a democracia cultural e a participação social. Além de fatores formais, como o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Sistema Nacional de Cultura (SNC), os conselhos de cultura, as Conferências e uma iniciativa que interessa muito à pesquisa, que é o Programa Mais Cultura nas Universidades.

Observando os 4 indicadores de estruturação, de DiMaggio e Powell (2005), pode-se dizer que essas inovações geraram um aumento na carga de informação e estimularam a interação entre os atores do campo. Em relação às estruturas de dominação e padrões de coalizão: a gestão cultural ganhou uma noção de sistema, estimulando o planejamento e o controle social, além da ênfase na divisão de responsabilidades entre os governos, organizações sociais e sociedade: o que ajudou a desenvolver a conscientização entre os atores do campo de que eles estão envolvidos em um negócio em comum. Com o *Impeachment* de 2016, houve uma ruptura e os governos seguintes, principalmente o de Bolsonaro, operaram um desmonte das políticas de cultura (CALABRE, 2020), baseado num projeto conservador e autoritário, na guerra cultural e no clima de polarização (DUMAS; VASCONCELOS, 2021; ROCHA, 2021). Mas o campo não se desestruturou: organizações com menos ingerência da política partidária conseguiram resistir e até avançar, como foi o caso das universidades públicas, cuja autonomia permitiu uma crescente estruturação administrativa e a tendência de formalização de seus Planos de Cultura e resoluções de Políticas Culturais. O mapeamento realizado por esta pesquisa revelou que, das 68 universidades federais, onze (16,17%) possuíam resolução específica de

Política Cultural – listadas a seguir pela sigla e ano de aprovação da resolução – : UFVJM (2012); UFOPA (2015); UFRN (2016); UFRJ (2016); UFFS (2016); UFTM (2018); UFU (2019); UFOP (2021); UFSM (2021); UFLA (2022); e UFAL (2023). Também foi observado que cinco universidades federais (7,35%) estavam em processo de elaboração de suas Políticas Culturais até a conclusão deste estudo: UNIR; UNILA; UNIPAMPA; UFV; e UFSB.

Considerando os elementos propostos por DiMaggio e Powell (2005), pode-se citar como indício do aumento na amplitude da interação entre as universidades e o campo, a existência, por exemplo, de convênios e projetos realizados em parceria entre universidades e entre outros órgãos e universidades; a existência de uma cadeira reservada às universidades públicas alagoanas no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Maceió; e a criação do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT), entidade de natureza propositiva e consultiva criada em 2017, destinada à articulação entre trabalhadores da cultura de todas as instituições públicas de ensino superior.

Entende-se que a atuação do Fórum é um exemplo da influência da profissionalização em relação a essa tendência de formalização de Políticas Culturais para as IPES, o que representa uma pressão isomórfica normativa.

No caso específico da Ufal, é importante entender como essas pressões influenciaram no processo de formulação da sua Política Cultural. Pelas respostas ao questionário, identificou-se que os fatores institucionais que levaram a Ufal até a aprovação de sua Política Cultural também integram o panorama histórico da criação e desenvolvimento das universidades e da estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Entre os principais indutores citados, aquilo que contribuiu para se chegar à decisão institucional de estabelecer uma resolução de Política Cultural, tem-se: a criação da Coordenadoria de Assuntos Culturais da Pró-Reitoria de Extensão (CAC), no início dos anos 2000; a gestão Gilberto Gil

no MinC (2003–2008), que ampliou o conceito de cultura e instigou debates que acabaram repercutindo na própria Ufal; Concursos Públicos para produtor cultural e outros cargos técnicos de cultura (2004, 2009 e 2018); a elaboração de um Plano de Cultura (2014), para participar do Programa Mais Cultura nas Universidades; a participação da Produção Cultural no FORCULT (a partir de 2019), o que permitiu o contato com profissionais de outras universidades e pautas que foram naturalmente incorporadas pela Ufal; e a lotação dos produtores culturais em um mesmo setor, a CAC, que acabou gerando reivindicações de uma melhor organização do trabalho e resultando na publicação da Portaria 398, de 19 de março de 2020, que designou servidores para compor a comissão para elaboração de uma proposta de minuta sobre a Política Cultural da Ufal: este foi o ato oficial que deu início ao processo de formalização da Política.

A comissão começou os trabalhos, de fato, em 2021, com a realização do I Encontro Cultura e Instituições Públicas de Ensino Superior, seminários *on-line* abertos ao público, divididos em quatro edições temáticas que tiveram o objetivo de fomentar debates que fornecessem elementos para ajudar nessa construção. Paralelamente, iniciaram-se as reuniões para a elaboração do texto da Política, tendo como base o estudo da legislação e normativos pertinentes, como o Plano Nacional de Cultura, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; artigos acadêmicos sobre o tema; além das resoluções de Política Cultural de outras universidades como a UFRN; e do "Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES", cartilha produzida pelo FORCULT em 2020.

Em setembro de 2021, a minuta foi apresentada ao Comitê Assessor de Extensão da Ufal, quando também foi lançado o convite à comunidade para participação da Comissão Executiva da Política Cultural, o que gerou a adesão de treze pessoas, que puderam contribuir nos ajustes e reformulações do texto. Em fevereiro de 2022, todo esse processo de construção foi apresentado no Conselho Municipal de

Políticas Culturais de Maceió (CMPC), e no mesmo mês foi lançada uma Consulta Pública sobre a Política Cultural da Ufal pela plataforma Participa + Brasil, do Governo Federal. Após o recebimento das propostas, o texto foi ajustado pela Comissão Executiva e debatido em duas reuniões junto ao Fórum de Diretores da Ufal. Com novos ajustes, o documento foi encaminhado pelo Gabinete da Reitoria a todas as Unidades Acadêmicas e setores da Ufal, para que fossem enviadas novas sugestões à minuta. Depois disso, o documento passou por análise jurídica da Procuradoria Federal da universidade e foi encaminhado para apreciação do CONSUNI, em novembro de 2022.

A minuta foi apreciada e aprovada na Câmara Acadêmica do CONSUNI em duas reuniões, em março e abril, e depois na Câmara Administrativa, em maio de 2023. O texto foi então aprovado por unanimidade em reunião extraordinária do CONSUNI, em 15 de agosto de 2023, depois de um processo de pouco mais de 3 anos, dando origem à Resolução 44/2023 CONSUNI/UFAL, que institui a Política Cultural da Ufal.

Nas informações obtidas por meio do questionário, o tema mais citado no eixo dos significados foi o reconhecimento/valorização institucional da cultura na Ufal, com respostas que apontam que a comissão considerou a resolução como uma etapa do processo de reconhecimento da cultura na universidade. Para a comissão, a Política Cultural da Ufal também significa um esforço para resolver reivindicações de melhor organização do trabalho; além de significar o marco legal do desejo da universidade em abrir-se à sociedade. Nesse sentido, a comissão considerou que o processo foi marcado pelos esforços para criar mecanismos de participação social, atendendo, assim, a um valor institucionalizado do campo, que já vinha sendo trabalhado nos editais do Ministério da Cultura, nas outras universidades e assimilado na participação em fóruns e outros espaços de troca. A preocupação em abrir o processo para a sociedade acontece especialmente em busca de legitimidade, de aceitação

da sua comunidade universitária, além de buscar reforçar o papel de referência diante de um campo em construção.

O que ficou marcante no eixo das influências envolvidas no processo de elaboração da resolução é que se considerou o contexto local, os processos internos ao longo dos anos, mas principalmente um contexto nacional, experimentado por outras universidades e pelo setor da cultura como um todo, influenciado por políticas públicas de cultura não necessariamente direcionadas especificamente ao contexto universitário. Isso pode ser deduzido quando fatores como o edital "Mais Cultura nas Universidades", o FORCULT, a "retomada do MinC" e o "PNC" são trazidos para a lista de temas considerados pela comissão nesse processo, do mesmo modo que outras universidades, em especial a UFRN, foram citadas por suas resoluções terem sido utilizadas como modelo na elaboração da minuta de Política Cultural.

No eixo da organização da Ufal para a atuação cultural, entende-se que a comissão considerou alguns problemas, tanto de concepção – como na questão da relação da cultura com a extensão e na falta de clareza sobre gestão cultural – como de organização e estruturação para essa atuação, já que há problemas apontados no quadro de pessoal e em relação às definições de papel. Percebe-se que houve, também, preocupações de ordem prática, que buscaram soluções para problemas do dia a dia, mirando um aperfeiçoamento da gestão cultural da universidade, embora haja também a noção de que a Política Cultural, por si só, não será o suficiente para transformar a atuação cultural da Ufal.

Posto que uma organização sempre sofre influência e influencia outras organizações, adaptando-se e inspirando o contexto e o ambiente em que atua, o campo do qual faz parte (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015), entende-se que a Ufal é um ator que participa do processo de estruturação do campo das políticas públicas de cultura, sendo a formulação de sua resolução de Política Cultural um indício dessa participação.

Conclusões / considerações finais

Esta pesquisa partiu da suposição de que havia relação entre a formalização da Política Cultural da Ufal e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. O que parece óbvio e simples, no entanto, serviu não apenas para confirmar que há uma relação entre a Política e o campo, mas permitiu entender e qualificar essa relação, buscando revelar a imagem de um momento que se entende importante para a Ufal: a formalização de sua Política Cultural, um processo que igualmente conecta a Ufal a sua comunidade, a outras universidades e ao campo das políticas públicas de cultura do país. Em Alagoas, diante de um quadro social com graves problemas, a atuação cultural da Ufal adquire relevância e a coloca em posição de referência. Nessa perspectiva, entende-se a busca por legitimidade diante da sua comunidade e da sociedade alagoana como um dos principais objetivos da Política Cultural da Ufal, além de também representar uma busca por legitimar a Ufal entre as organizações do campo das políticas públicas de cultura.

A atuação cultural da Ufal não se dá alheia ao campo das políticas públicas de cultura. Enquanto universidade pública federal, submete-se a legislação e normativos do campo; busca se conformar a padrões e formatos que lhe possibilitem acessar recursos e legitimidade para desenvolver suas ações culturais; compartilha valores institucionalizados do campo; está sujeita às pressões isomórficas de todos os tipos. Ou seja: a Ufal participa como ator no processo de estruturação do campo e não é só reflexo dele.

Assim, pode-se dizer que a Política Cultural da Ufal, embora justificada por questões práticas e específicas vivenciadas ao longo da história de atuação cultural da própria universidade, surge como resultado principalmente de pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura, ou seja: a Política Cultural da Ufal é resultado principalmente do processo de homogeneização do campo. A incerteza estimula a imitação (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Quando as organizações estão submetidas a ambientes de incerteza e

ambiguidade – como se pode configurar o período depois do *impeachment* de Dilma Rousseff – buscam adotar práticas testadas e bem sucedidas em organizações similares. Nesse sentido, confirmou-se o segundo pressuposto da pesquisa: "pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil influenciaram o processo de formalização da Política Cultural da Ufal".

A formalização da Política Cultural da Ufal sofreu influência de *pressões isomórficas normativas*, derivadas principalmente da profissionalização, considerando o peso da influência de profissionais da cultura das universidades nesse processo. Essa influência destaca o FORCULT como ator importante no campo, estimulando a formalização de Políticas Culturais universitárias, ao mesmo tempo em que essas Políticas têm importância na consolidação do próprio FORCULT. Igualmente, houve *pressões isomórficas de ordem coercitiva* quando, por exemplo, o Programa Mais Cultura nas Universidades surge como um dos indutores dos debates sobre a necessidade de uma Política Cultural para a Ufal. Do mesmo modo que há *pressões isomórficas de ordem mimética*, quando se observa, por exemplo, que a comissão responsável pela formalização da minuta da Política Cultural da Ufal usou como referência a resolução da UFRN, uma organização com densidade na formalização de Políticas Culturais no contexto universitário.

É importante destacar que os fatores institucionalizados do campo das políticas públicas de cultura serviram como obstáculo ao desmonte promovido pelo governo Bolsonaro na tentativa de desarticular estruturas e instrumentos de gestão cultural do país, e possibilitaram a resistência dos atores do campo, com especial realce para as universidades, que embora sob ataque, não se retraíram, mas avançaram na elaboração de novas Políticas Culturais, na articulação e fortalecimento de redes profissionais como o FORCULT, além da manutenção de suas ações culturais.

A Política Cultural no contexto universitário se apresenta como um tema rico a ser pesquisado, com diversas possibilidades de

abordagem e recorte. Será interessante que sejam realizados estudos no futuro para acompanhar a implementação e avaliação dessas Políticas Culturais. Nessa perspectiva, espera-se que esta pesquisa seja útil para fornecer dados que ajudem nessas investigações e possa contribuir no reconhecimento da dimensão cultural das instituições universitárias: este foi o desejo que guiou esta pesquisa.

Referências

ARRUDA, C. L. R. Políticas públicas de cultura na Educação Superior. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 4, 2018. Disponível em: https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3942. Acesso em: 8 ago. 2022.

BARBALHO, A. **Identidade e diversidade sem diferença**. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/138. Acesso em: 5 set. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 LDA/Almedina Brasil, 2016.

BOTELHO, I. A política cultural e o plano das ideias. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais Eletrônicos**... Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: https://cult.ufba.br/wordpress/biblioteca/trabalhos-apresentados-no-enecult/terceira-edicao-%e2%80%93-2007/ Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/ handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 mai. 2024.

CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7 – 21, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903. Acesso em: 09 jan. 2023.

CARVALHO, C.; VIEIRA, M.M.F. **Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações**: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M.M.F. (Org.) Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do

Observatório da Realidade Organizacional. p.23-40 Recife: EDUFEPE, 2003.

CHAERKI, K. F.; RIBEIRO, G.; FERREIRA, J. M. Uma introdução à teoria institucional do ponto de vista sociológico. **Caderno de Administração**, v. 27, n. 1, p. 62-91, 14 fev. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4025/cadadm.v27i1.48409 Acesso em: 5 set. 2022.

CHAUI, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHECHI, L.A.; GRISA, C. Abordagens institucionalistas e as contribuições na análise de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, núm. 2, p. 735-753, 2019. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13087 Acesso em 12 jun 2022.

CONCEIÇÃO, O.A.C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, *[S. l.]*, v. 19, n. 36, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10664. Acesso em: 10 ago. 2022.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: Ensaios sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNTO, J. M.; JACOBINI, J. P. R.; AÑEZ, M. E. M.; OLIVEIRA, P. W. S. Institucionalização da nova gestão pública no Ministério Público do RN. **Revista Raunp**, volume 6, número 2, abril/setembro de 2014, p. 67-76. Disponível em: https://repositorio.unp.br/index.php/raunp/article/view/699 Acesso em: 5 set. 2022.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, *[S. l.]*, v. 45, n. 2, p. 74–89, 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123. Acesso em: 2 mai. 2022.

DUMAS, C.; VASCONCELOS, F. P. Impacto das guerras culturais no financiamento à cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., Salvador, 2021. **Anais Eletrônicos**... Salvador: UFBA. Disponível em: http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132342.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

GUIMARÃES, B. C. Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na Cultura está mais concentrado que o PIB?

Mediações, Londrina, v. 25, n. 2, p. 412–426, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5433/2176- 6665.2020.2v25n2p412. Acesso em: 5 set. 2022.

JACOMETTI, M.; CASTRO, M. de; GONÇALVES, S. A.; COSTA, M. C. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 50(3). p. 425–454, maio/jun. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034–7612142712 Acesso 22 fev 2022.

MACHADO–DA–SILVA, C.L.; GUARIDO FILHO, E.R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, edição especial (10), p. 159–196, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/7yW5wQSFLH7TGn7Gfpbpqkq/?lang=pt Acesso em: 5 set 2022.

MEDEIROS, A.K.; ALVES, M.A.; FARAH, M.F.S. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. **Rev. Adm. Pública**, número 49 (5), p. 1215 – 1235, setembro–outubro de 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/m5vFsC9sszDzx6yCLZZ3ynr/?lang=pt Acesso em 12 jun 2022.

MOLINA, A. J. Gestão da Cultura em Instituições de Ensino Superior: perspectivas e desafios na implementação de uma política cultural no contexto das IES brasileiras. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 87–99, 2019. DOI: 10.14393/REP–v0n00–49019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49019. Acesso em; 6 jul. 2022.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional changes and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

REIS, A. D. **Ministério com Cultura**: Gestão Gilberto Gil (2003 – 2008). Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 242 p. 2020. Acesso em 08 jan. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, J. C. C. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós–político. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil**: passado e presente In: RUBIM, A.A.C.; ROCHA, R. (Orgs.). Salvador: Políticas Culturais.

Edufba, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7661 Acesso em: 27 dez. 2022.

RUBIM, A.A.C. Universidade, cultura e políticas culturais. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 6–17, 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/ index.php/reveducpop/article/view/49021. Acesso em: 6 jul. 2022.

SANTOS, D. H. M.; PARISI, C.; SLAVOV, T. N. B.; RUSSO, P. T. Avaliação da institucionalização do orçamento em uma instituição de ensino superior de tendência confessional religiosa. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 88–108, 2022. Disponível em: https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/9239. Acesso em: 5 set. 2022.

SANTOS JUNIOR, J. V. dos. **Perspectivas sobre a autonomia universitária e o financiamento das universidades federais brasileiras**. Monografia (XI Prêmio SOF de monografias, 1º menção honrosa), Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, p.104. 2022. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6927 Acesso em: 01 mai. 2024.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**: Ideas and interests 3rd ed. Sage Publications: Thousand Oaks, 2008.

SIDONCHA, U. Reinventando a relação entre universidade e cultura. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, p. 2–28, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70496. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70496. Acesso em: 8 ago. 2022.

SOTO, C.; CANEDO, D.; OLIVEIRA, G.; SALGADO J. **Políticas públicas de cultura**: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, A.A.C. (Org.) Políticas culturais no governo Lula, Editora EDUFBA: Salvador, p. 25–48, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ ri/handle/ufba/525. Acesso em: 29 jan. 2022.